

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES
S.A., COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA DA SANTOS-BRASIL S.A.

ENTRE

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.,
como Emissora,

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.,
na qualidade de Agente Fiduciário

E

SANTOS-BRASIL S.A.,
na qualidade interveniente-garantidora

Datada de

22 de abril de 2010

RECEBIMOS CONSTANT, 152-S.PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

25 MAR 2010 16:13:49

6ª OFICINA DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA



Handwritten signature.

Handwritten signature.



8º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO

DR. RAÍSSA CRISTINA DE MORAES
ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA SANTOS BRASIL
PARTICIPAÇÕES S.A., COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA DA SANTOS-BRASIL S.A.



JUCESP PROTOCOLO
0.354.876/10-7



Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

(a) **SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, parte, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.762.121/0001-04, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

(b) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Ltda.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas");

e, ainda, como interveniente-garantidora,

(c) **SANTOS-BRASIL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, parte, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.084.220/0001-76, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora"), sendo a Garantidora, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes", e individualmente e indistintamente como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Santos Brasil Participações S.A., com Garantia Fidejussória da Santos-Brasil S.A.." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.



6ª OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAV LAMOTTA

JUCESP

000510

CLÁUSULA I

AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização (i) do Conselho de Administração da Emissora, em reuniões realizados em 8 de março de 2010 e em 22 de abril de 2010 ("RCAs"), nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) do Conselho de Administração da Garantidora, em reunião em 8 de março de 2010 ("RCA da Garantidora").

CLÁUSULA II

REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por não ter sido elaborado Prospecto da Oferta Restrita, nos termos da Circular ANBIMA n.º 015/09, de 6 de maio de 2009.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. As atas das RCAs e da RCA da Garantidora que aprovaram a Emissão e a concessão da respectiva garantia serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais "Valor Econômico" e "Monitor Mercantil", nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados (i) na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) em Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes, nos termos do art. 129, 3º, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme posteriormente alterada ("Lei de Registros Públicos").



2



6ª OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO

24 RUA DO REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme item 2.4.2 abaixo.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.4.3 A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

2.5. DOS LIMITES DA EMISSÃO

2.5.1. A presente Emissão atende aos limites previstos na alínea “a” do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o volume total das Debêntures não ultrapassa o capital social da Emissora, atualmente em R\$1.042.064.675,68 (um bilhão, quarenta e dois milhões, sessenta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

2.6. DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.6.1. A Emissora tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades brasileiras ou estrangeiras e em consórcios, bem como (i) a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias, com a movimentação de contêineres ou afins, (ii) a prestação de serviços para a movimentação e armazenamento de carga geral em suas diversas modalidades e (iii) a contratação, inclusive por arrendamento, de áreas públicas relacionadas aos objetos neste ato inscritos.



6ª OFICINA DE REGISTRO
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
E CANCELAMENTO JURÍDICO

25 MAI 2010 1613490

RECEBI - FIM CLUSTAR, 152 - SÃO PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUL 09

09 05 10

Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64
("Instituição Depositária").

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula IV.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada, com a intermediação do (i) Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), e do (ii) Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.271.464/0073-93 ("Coordenador" e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Santos Brasil Participações S.A., com Garantia Fidejussória da Santos-Brasil S.A., a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1 acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM n.º 476 e pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam



5



25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

110539

16 05 10

investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos da emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM n.º 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

4.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de abril de 2010 ("Data de Emissão").



Handwritten signatures and initials.



25 MAI 2008 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUL 09 05 05 10

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão e na efetiva subscrição e integralização das Debêntures, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. CONVERSIBILIDADE, FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, esse órgão expedirá extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia fidejussória da Garantidora.

4.6. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

4.6.1. As Debêntures contam com garantia de fiança da Garantidora, na qualidade de devedora solidária de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula IX abaixo.

4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário em uma única data ("Data de Liquidação").

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.8. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO



8

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.



25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152-S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUE 29

06 15 10

4.8.1. As Debêntures terão prazo vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de abril de 2013, observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.13. abaixo ("Data de Vencimento").

4.9. ATUALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente.

4.10. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, a partir da Data de Emissão, de acordo com o seguinte cronograma ("Datas de Amortização"):

	Data	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
Primeira Data de Amortização	30 de abril de 2011	33,3333%
Segunda Data de Amortização	30 de abril de 2012	33,3333%
Terceira Data de Amortização	Data de Vencimento	33,3334%

4.11. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.11.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, equivalentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescido de uma sobretaxa de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"): . . .

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:



8



62 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. DE SAMM CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTA

JUL 03 2010

06 15 10

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI - Over com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = Número total de Taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP utilizada com 2 (duas) casas decimais.



Handwritten signatures and initials.



6.º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 16 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO

DR. RADISLAU LAMOTTA

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" pelo "FatorSpread" com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

FatorSpread = Spread ou sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Spread = 2,2000.

DP = É o número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.11.2. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.12. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTA

JUE 30

16 15 10

4.12.1. O pagamento da Remuneração será feito em 6 (seis) parcelas semestrais, a partir da Data de Emissão, nas seguintes datas: (i) 30 de outubro de 2010; (ii) 30 de abril de 2011; (iii) 30 de outubro de 2011; (iv) 30 de abril de 2012; (v) 30 de outubro de 2012; e (vi) Data de Vencimento ("Datas de Pagamento de Remuneração").

4.12.1.1. Fará jus à Remuneração o Debenturista (i) que assim conste nos controles da Instituição Depositária, ou (ii) na custódia na CETIP. Em qualquer dos casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que, no encerramento do dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento, figurar como titular deste ativo.

4.12.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDik a que se refere o item 4.11.1 acima, a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DIk que seria aplicável.

4.12.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis ("Período de Ausência da Taxa DI") contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros a que se refere o item 4.11.1 acima quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.12.3.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.12.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a



Handwritten signature and initials.



62 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
E CIVIL DA SEÇÃO JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

JUL 30

REGISTRO EM CONSTAT. 122-S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

06 05 10

Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a alternativa escolhida (para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes ao seu controladores ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau):

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

(b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures, qual seja, 2 (dois) anos contados da Data de Emissão. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures poderá ser utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. O referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.12.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da Instituição Depositária para o Debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações



12

Handwritten signatures and a circular stamp of the Consultoria Jurídica do Banco do Brasil, with the text 'CONSULTORIA JURÍDICA' and 'BANCO DO BRASIL'.

25 MAI 2010 1613490

RUBEN JAMIN CONSTANT, 172-S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Vencimento Antecipado"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da data do referido inadimplemento, exceto nas hipóteses em que haja outro prazo de cura específico estabelecido nesta Escritura de Emissão para a respectiva obrigação;
- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Emissora e/ou pela Garantidora a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, estabelecido nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas;
- (d) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento da Emissão e/ou à fiança prestada pela Garantidora;
- (e) (i) decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Garantidora; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da Garantidora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Garantidora;
- (f) transformação da Emissora e/ou da Garantidora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, incorporação (inclusive de ações), fusão, cisão ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas, exceto incorporações realizadas pela Emissora de sociedades controladas



25 MAI 2010

1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 132-S. PAULO
DR. RADISLAV LAMOTTA

ou subsidiárias integrais existentes na Data de Emissão, e desde que, nessas hipóteses, a Emissora obtenha as necessárias autorizações regulatórias e/ou de terceiros;

- (h) mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso;
- (j) (i) alteração substancial em qualquer concessão ou arrendamento de titularidade da Emissora e/ou da Garantidora que afete, de forma adversa e comprovada, a capacidade de pagamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das Debêntures; ou (ii) rescisão, intervenção, encampação, término antes do prazo previsto ou caducidade de qualquer concessão, arrendamento ou permissão de titularidade da Emissora e/ou da Garantidora;
- (k) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, que afete de forma adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Garantidora;
- (l) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora e/ou da Garantidora cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (m) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (n) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Garantidora;



25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 132 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTA

- (o) arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Garantidora;
- (p) venda, cessão, locação, arrendamento, sublocação, subarrendamento ou comodato, ou de qualquer forma, alienação da totalidade ou parte relevante dos ativos dos quais a Emissora e/ou a Garantidora seja proprietária, locatária, arrendatária ou tenha permissão de uso, seja em uma única operação ou em uma série de operações, relacionadas ou não;
- (q) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita, incluindo o Contrato de Distribuição, são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (r) rebaixamento da classificação de risco corporativo da Emissora em duas ou mais notas em escala nacional, em relação à classificação de risco atual corporativo da Emissora "brA+", concedida pela Standard & Poor's;
- (s) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita na forma descrita no item "Destinação dos Recursos" acima;
- (t) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas nos Artigos 333 e 1425 do Código Civil Brasileiro; ou
- (u) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, bem como sua apuração trimestral, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora (em conjunto, "Índices Financeiros"):
- (i) o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA não deverá ser superior a 3,0 (três inteiros); e
 - (ii) o índice obtido pela divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras não deverá ser inferior a 1,0 (um inteiro).

Para os fins desta alínea: "Despesas Financeiras": significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência durante os 12 (doze) meses anteriores (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial), deduzidas das receitas financeiras (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial) calculadas pelo regime de competência durante os 12 (doze) meses anteriores, em bases consolidadas; "Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo as



Handwritten signature and initials.



25 MAI 2016 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 192 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUL 2016

05 05 10

Debêntures em Circulação, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de disponibilidades e do saldo da conta "Conta Reserva" registrada no Realizável a Longo Prazo; e "EBITDA": significa o valor calculado, pelo regime de competência, durante os 12 (doze) meses anteriores, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados e (ii) despesas administrativas acrescidas de despesas de depreciação e amortização e amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões, arrendamentos e permissões da Emissora e/ou da Garantidora.

4.13.1.1. Para fins do disposto na alínea (u) do item 4.13.1. acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, referentes ao encerramento de exercício de cada exercício social, auditados pelos auditores independentes da Emissora. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, em até 55 (cinquenta e cinco) dias do encerramento dos respectivos trimestres, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.13.2. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (d), (e), (f), (g), (i), (l), (m), (n), (s) e (t) do item 4.13.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora ("Vencimento Antecipado Automático").

4.13.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (h), (j), (k), (o), (p), (q), (r) e (u) do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que estes, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, possam deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Deliberação sobre Vencimento Antecipado"), se assim for deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

4.13.4. Para fins da alínea (e) do item 4.13.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na



25 MAI 2010 1613490

R. 1111 CONSTANTIN, 152 - S. PAULO

JUL 2010

05 05 10

legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.13.5. Os valores constantes do item 4.13.1 serão reajustados pelo IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") entre a Data de Emissão e a data do evento que possa gerar um vencimento antecipado.

4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13 acima, a Emissora e a Garantidora obrigam-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Garantidora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.

4.14.2. Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado a Emissora deverá comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.15. RESGATE ANTECIPADO

4.15.1. As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado.

4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



Handwritten signature and initials.



6ª OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2016 16:13:49

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTA

JUL 13 2016
06 05 10

4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto ao SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, bem como no site da Emissora (www.santosbrasil.com.br).

4.21. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.21.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2016 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 102 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUL 2016

05 05 19

4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

4.23. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.23.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA V

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, que deverão ser um dentre os seguintes: Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes e Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, (b) demonstrativo de cálculo dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea (u) do item 4.13.1 desta Escritura de Emissão, bem como, (c) declaração do Diretor Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2016 16:13:49

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTÁ

JUL 2016

06 05 10

- (ii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (a) e (b) do item (i) acima);
 - (iii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;
 - (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
 - (iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de Assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra "b" abaixo; e
 - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária por parte da Emissora e/ou do Garantidor.
- (b) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;



OFÍCIO DE REGISTRO
DE EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS
E CÍVEL E FISCAL JURÍDICA

25 MAI 2016 16:13:49

ELI CONDEKSTANT, REZ-SP PAULO
LE RACIELAO LAMOTTA

JUL 03 2016

09 05 10

- (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
- (g) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Depositária, Agente Fiduciário e agência de classificação de risco de renome internacional;
- (h) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional;
- (j) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;



21



64 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2008 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUN 03 2008

08 13 19

- (l) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, conforme as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações;
- (m) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4. desta Escritura de Emissão – “Destinação dos Recursos”, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (n) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no Artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”); e
- (o) franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos seus registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.



[Handwritten signature]



OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2016 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAV LAMOTTA

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2 acima, solicitar ao Debenturista adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a



25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUN 03 10

ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e

- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTA

JUL 03 09

05 05 10

- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5 acima, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (l) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (n) está ciente da regulamentação aplicável.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora ou Garantidora neste Instrumento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devida 03 (três) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

25



25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152-S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUCESP

05 05 10

6.4.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M.

6.4.3. Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

6.4.4. As parcelas da remuneração referenciadas no item 6.4.1 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;



25 MAI 2008 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUL 23 2008

06 05 10

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, e desde que seja aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



27

[Handwritten signatures]

6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 157 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUCESP

06 05 10

- (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (x) declaração sobre a suficiência e exeqüibilidade das Garantias.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) nas dependências dos Coordenadores, conforme por estes indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP;



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAR 2010 1613490

R.D.E. JAMIN CONSTANTIN, 152-S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUN 30

05 05 10

- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que tenha como objetivo mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar a alteração proposta.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar a Garantia no pagamento, integral e proporcional, dos Debenturistas.



6.º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA.

25 MAI 2011 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RAUÍSLAU LANOTTA

JUN 2011

06 05 11

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação:

- (i) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6 acima, quando o evento se referir a um Vencimento Antecipado Automático;
- (ii) de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6 acima, quando o evento de vencimento antecipado for um dos indicados no item 4.13.3 desta Escritura de Emissão;
- (iii) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada das medidas a que se referem as alíneas (b), (c) ou (e) do item acima; ou
- (iv) de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (d) do item 6.6 acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Circular stamp: CONSULTORIA JURÍDICA, FERNANDES]

OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E SECURAMENTOS
E CIVIL E PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

RECEBIMOS DO NOTÁRIO, RZ-S. PAULO
LA. RALISLAU LAMOTTA

10:05:39

05 05 10

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, conforme disposto no item 6.8.3 acima, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.

6.8.5. O Agente Fiduciário, se substituído, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.



31



62 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIM CONSTANT, 162 - S. PAULO
DR. RADISLAU LANOTTA

6.8.6. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.7. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro de comércio e de títulos e documentos, conforme disposto no item 2.3.1.

6.8.7.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.8.7.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a Assembleia Geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.



82 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

RECEBI EM CONSTAT. 122-9-PAULO
LA. RADESLAU LAMOTIA

JUL 23 10
06 05 10

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento de Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; e (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.13 (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) por cento das Debêntures em Circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Não sendo atingido o quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá decretar, imediatamente, o Vencimento Antecipado.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.12.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas assim definidas no item 4.12.4 acima.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.



64 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2016 1613490

RECEBIMOS DO SECRETARIO DE ESTADO DE SÃO PAULO
O SENHOR LADISLAU LAMOTTA

JUN 23 06 05 10

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora e a Garantidora declaram e garantem aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, cada uma delas:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora e da Garantidora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e da Garantidora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Garantidora seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que a Emissora ou a Garantidora esteja sujeita; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou Garantidora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as concessões, arrendamentos, permissões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e/ou em fase de renovação de sua validade;
- (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;



Handwritten signatures and initials, including a large 'L' and a signature with '34' next to it.

62 OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAV LAMOTTA

JUL 23 2010
06 05 10

- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;
- (i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora e à Garantidora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
- (l) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Restrita, e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão informações verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e da Garantidora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) as operações e propriedades da Emissora e da Garantidora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;



25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

110333

06 05 10

(o) não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um efeito material adverso à Emissora ou à Garantidora; e

(p) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um efeito material adverso à Emissora ou à Garantidora.

8.2. A Emissora e a Garantidora obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1 acima.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, a Emissora e a Garantidora obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA IX DA FIANÇA DA GARANTIDORA

9.1. A Garantidora assume, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora solidária e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

9.2. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza.

9.3. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão ou conforme vier a ser estabelecido pela CETIP.



36



8º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUN 23 08 05 10

9.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

9.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, relativamente ao valor por ela honrado.

9.6. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido. No entanto, a fiança permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

9.7. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

9.8. Após pagamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, do Valor Garantido, operar-se-á a quitação automática, irrevogável e irretratável, das Debêntures, caso em que elas serão consideradas quitadas, liquidadas e extintas de pleno direito, independentemente de qualquer ação ou procedimento adicional.

CLÁUSULA X
NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, parte
São Paulo – SP

CEP 04543-121

Tel.: (11) 3897-1111

Fax: (11) 3897-1101

At: Sr. Washington Cristiano Kato



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. REV. JANN CONSTANT, 152 - S. PAULO
BR. RADISLAU LAMOTTA

E-mail: wkato@santosbrasil.com.br

Para a Garantidora:

SANTOS-BRASIL S.A.

Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, parte

São Paulo – SP

CEP 04543-121

Tel.: (11) 3897-1111

Fax: (11) 3897-1101

At: Sr. Washington Cristiano Kato

E-mail: wkato@santosbrasil.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

São Paulo – SP

CEP 04538-132

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

At: Viviane Rodrigues

E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo – SP

CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo – SP



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUL 03 2010
05 05 10

CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Luiz Loureiro

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar

São Paulo –SP, CEP 01009-000

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro –RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, “dia útil” significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal



39



6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DE RADIOLAMOTTA

JUN 03 09 05 10

inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA XII

FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 22 de abril de 2010.



OFICIAL DE REGISTRO
DE INSTRUMENTOS
E CONTO JUDICIAL

25 MAI 2010 1613490

EMPRESA: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

(Página de Assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Santos Brasil Participações S.A., com Garantia Fidejussória da Santos-Brasil S.A.)

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Santos Brasil Participações S/A
Cargo: Washington Cristiano Kato
Diretor Econômico-Financeiro e de
Relações com Investidores

Nome: Santos Brasil Participações S/A
Cargo: Mauro Santos Salgado
Diretor Administrativo



41



6.º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
E CIVIL DA PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

RECEBIMOS CONSTANT. 152-57-AULO
DR. RADISLAU LAMOTTA

JUN 2010

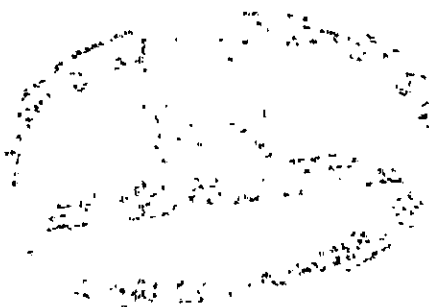
05 05 10

(Página de Assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 1.ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Santos Brasil Participações S.A., com Garantia Fidejussória da Santos-Brasil S.A.)

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Ana Paula de Oliveira Quandt
Cargo: PROCURADORA

Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora



(Página de Assinaturas 3/3 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Santos Brasil Participações S.A., com Garantia Fidejussória da Santos-Brasil S.A.)

SANTOS-BRASIL S.A.
GARANTIDORA

Nome: **Santos Brasil Participações S/A**
Washington Cristiano Kato
Cargo: **Diretor Econômico-Financeiro e de**
Relações com Investidores

Nome: **Santos Brasil Participações S/A**
Mauro Santos Salgado
Cargo: **Diretor Administrativo**

6º OFICIAL DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

25 MAI 2010 1613490

DR. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO
DR. RADISLAU LAMOTTA



Dr. Radislaus Lamotta
Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
CNPJ 45.565.314/0001-70
Rua Benjamin Constant, 152 - Tel: (11) 3107-0031 - São Paulo

12089913

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme
sob nº **1613490**

São Paulo, **25 MAI 2010** Escrevente Autorizado

Sejos e taxas recolhidos por verba

Emol R\$:	Estado R\$:	Ipsesp R\$:	R.C. R\$:	T.J. R\$:	TOTAL R\$:
6.636,6	1.886,23	1.397,20	349,30	349,30	10.618,69

TESTEMUNHAS:

Nome: **Mariana Pero Giongo**
RG: **OAB/SP 185 519**
CPF/MF:

Nome: **MARCOS M. TOGNATO**
RG: **04448675-18**
CPF/MF: **490.211.845-91**

